



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA AS UNIDADES USUÁRIAS ATENDIDAS PELA POMERWASSER AMBIENTAL S.P.E. S.A.

A POMERWASSER AMBIENTAL S.P.E. S.A., CNPJ nº 50.675.079/0001-29, com sede na ARNO WEEGE, 89, SALA 5, CENTRO (ETA-I), POMERODE, CEP:89107-000, doravante denominado POMERWASSER AMBIENTAL S.P.E. S.A e o USUÁRIO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS 29.979.036/0312-91, responsável pela unidade usuária nº 7658, situada na ARTHUR REINERT, 0, 00000-172, POMERODE - SC de propriedade de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS 29.979.036/0312-91, e quando todos forem referidos em conjunto denominados PARTES, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, aderem de forma integral, a este Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário pela POMERWASSER AMBIENTAL S.P.E. S.A ao USUÁRIO.

1.1.1. As disposições deste contrato se aplicam às unidades usuárias e usuários atendidos pelos serviços de água potável e esgotamento sanitário da POMERWASSER AMBIENTAL S.P.E. S.A.

1.1.2. Este contrato contém as principais condições da prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário entre as PARTES.

CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O presente contrato vigorará enquanto perdurar a prestação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA: DIREITOS DO USUÁRIO

3.1. São os principais direitos do usuário:

3.1.1. Receber os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO em condições adequadas e, em contrapartida, pagar a respectiva TARIFA.

3.1.2. Receber do prestador do serviço as informações necessárias à utilização dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

3.1.3. Ser notificado quanto à eventual necessidade de:

- a) Executar serviços nas redes e/ou instalação de equipamentos dos concessionários ou dos serviços autônomos de água e esgoto municipais ou do usuário, conforme a vazão disponível e a demanda a ser atendida;
- b) Obter autorização dos órgãos competentes para a construção de adutoras e/ou interceptares, quando forem destinados a uso exclusivo do interessado;
- c) Apresentar licença emitida por órgão responsável pela preservação do meio ambiente, quando a unidade usuária se localizar em área com restrições de ocupação;
- d) Participar financeiramente das despesas relativas às instalações necessárias ao abastecimento de água e/ou coleta de esgoto, na forma das normas legais, regulamentares ou pactuadas;
- e) Tomar as providências necessárias à obtenção de eventuais benefícios estipulados pela legislação;

f) Aprovar previamente o projeto da extensão de rede pública, elaborado de acordo com as normas técnicas quando houver interesse próprio na sua execução.

CLÁUSULA QUARTA: DEVERES DO USUÁRIO

4.1. São os principais deveres do usuário:

4.1.1. Apresentar a carteira de identidade, ou, na ausência desta, outro documento de identificação equivalente com foto (Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Carteira de Conselhos Profissionais) e o Cartão de Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou o documento relativo ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso;

4.1.2. Apresentar, quando a unidade usuária não for enquadrável na categoria social ou baixa renda, um dos seguintes documentos comprobatórios da propriedade ou da posse do imóvel: escritura pública, matrícula do registro do imóvel, carnê do IPTU, contrato particular de compra e venda ou de locação;

4.1.3. Efetuar o pagamento mensal pelos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, de acordo com as tarifas, sob pena de interrupção da prestação dos serviços nos termos da CLÁUSULA SÉTIMA;

4.1.4. Pagar os valores cobrados pelos SERVIÇOS COMPLEMENTARES prestados, bem como pagar as penalidades legais em caso de inadimplemento;

4.1.5. Ter sob sua guarda e em bom estado os comprovantes de pagamento de débitos, os quais deverão ser apresentados para fins de conferência e comprovação de pagamento, quando solicitados;

4.1.6. Observar, nas instalações hidráulicas e sanitárias da unidade usuária, as normas expedidas pelos órgãos oficiais pertinentes e as normas e padrões dos concessionários ou dos serviços autônomos de água e esgoto municipais, postos à disposição do interessado, sob pena de interrupção da prestação dos serviços nos termos da CLÁUSULA SÉTIMA;

4.1.7. Instalar em locais apropriados de livre acesso, caixas ou cubículos destinados à instalação de hidrômetros e outros aparelhos exigidos, conforme normas procedimentais do prestador de serviço de água e esgoto;

4.1.8. Declarar descritivamente dados cadastrais da unidade usuária, solicitados pelo prestador de serviço de água e esgoto;

4.1.9. Celebrar os respectivos contratos de adesão ou de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário;

4.1.10. Fornecer informações referentes à natureza da atividade desenvolvida na unidade usuária e à finalidade da utilização da água, e comunicar eventuais alterações supervenientes;

4.1.10. Franquear aos empregados da prestadora do serviço, desde que devidamente identificados, o acesso aos medidores de consumo de água ou de volume de esgotos, e outros equipamentos destinados ao mesmo fim, conservando-os limpos, em locais acessíveis, seguros e asseados

4.1.11. Declarar, ao prestador de serviço de água e esgoto, quando for o caso, que a unidade usuária era formada de 2 ou mais lotes, e apresentar comprovante de remembramento desses lotes, aprovado pela Prefeitura Municipal, referentes aos lotes remembrados.

4.1.12. Utilizar os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO de forma racional e parcimoniosa, evitando os desperdícios e colaborando com a preservação dos recursos naturais.

4.2. Para ligações temporárias, deverá o usuário seguir o estabelecido na Seção III da Resolução de Diretoria da ARPB Nº 002/2010.

4.3. Para ligações definitivas, deverá o usuário seguir o estabelecido na Seção IV da Resolução de Diretoria da ARPB Nº 002/2010.

4.4. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador do serviço, após aviso ao USUÁRIO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão, no caso de inadimplemento pelo usuário do pagamento devido pela prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA: DEVERES DO PROPRIETÁRIO

5.1. É dever do PROPRIETÁRIO manter atualizado cadastro de uso e ocupação do imóvel junto à POMERWASSER AMBIENTAL S.P.E. S.A, assumindo a responsabilidade pela quitação de débitos efetuados na ausência de solicitação de alteração cadastral ou na falta de indicação de novo usuário, sob pena de interrupção dos serviços, protesto e execução e/ou inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA: INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS NA UNIDADE USUÁRIA

6.1. O serviço de abastecimento de água poderá ser interrompido, a qualquer tempo, sem prejuízo de outras sanções, nos seguintes casos:

6.1.1. Utilização de artifícios ou qualquer outro meio fraudulento que provoquem alterações nas condições de abastecimento ou de medição, bem como o descumprimento das normas que regem a prestação do serviço público de água;

6.1.2. Fornecimento de água a terceiros;

6.1.3. Ligação clandestina ou religação à revelia;

6.1.4. Deficiência técnica e/ou de segurança das instalações da unidade usuária, que ofereça risco iminente de danos a pessoas ou bens;

6.1.5. Solicitação do usuário ou seu procurador;

6.1.6. Violação dos lacres do hidrômetro ou da interrupção do abastecimento;

6.1.7. Retirada de água diretamente da canalização pública ou do ramal predial, por meio de bomba ou outro dispositivo de sucção;

6.1.8. Construção de derivações do ramal predial, desvio de sua direção ou alteração do seu normal funcionamento;

6.1.9. Abastecimento a outro prédio por meio de derivações de sua instalação;

6.1.10. Retirada do hidrômetro do ramal predial, impedimento ou alteração do seu normal funcionamento;

6.1.11. Desperdício de água;

6.1.12. Impedimento do livre acesso ao hidrômetro;

6.1.13. Interdição judicial e administrativa.

6.2. O prestador de serviços, mediante prévia comunicação ao usuário, poderá suspender o abastecimento de água e/ou interromper a coleta de esgoto:

6.2.1. Por atraso no pagamento das faturas de água ou esgoto, ou de outros serviços cobráveis, após o decurso de trinta dias da notificação do débito;

6.2.2. Quando o usuário não assegurar ao pessoal do prestador de serviço ou seus prepostos, o livre acesso ao padrão de ligação de água;

6.2.3. Quando não for solicitada a ligação definitiva, depois de concluída a obra atendida por ligação temporária.

CLÁUSULA SÉTIMA: EXECUÇÃO E COBRANÇA DE OUTROS SERVIÇOS

7.1. O prestador de serviços, desde que requeridos, poderá cobrar dos usuários os seguintes serviços:

- I - Ligação de unidade usuária;
- II - Vistoria de unidade usuária, exceto a primeira;
- III - Aferição de hidrômetro, exceto os casos previstos no Art. 84 da Resolução de Diretoria da ARPB Nº 002/2010;
- IV - Religação de unidade usuária;
- V - Religação de urgência;
- VI - Emissão de segunda via de fatura, a pedido do usuário, salvo a(s) obtida(s) pelo atendimento on-line (internet);e
- VII - Outros serviços disponibilizados pelos concessionários ou pelos serviços autônomos de água e esgoto municipais, devidamente aprovados pela Agência de Regulação.

7.2. O prestador de serviços deverá incluir na fatura, de forma discriminada, a cobrança de outros serviços, quando solicitados antecipadamente pelo usuário.

CLÁUSULA OITAVA: CONDIÇÕES DE REAJUSTE

8.1. Os valores das tarifas de prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário relativas ao presente Contrato serão reajustados e/ou revisados, nos termos do contrato firmado com o município.

CLÁUSULA NONA: INFRAÇÕES DOS USUÁRIOS

9.1. Constitui infração a prática decorrente da ação ou omissão do usuário, a qualquer dos fatos seguintes:

- 9.1.1. Intervenção ou danificação nas instalações dos serviços públicos de água e/ou esgotamento sanitário, assim como nos ramais de água e esgoto;
- 9.1.2. Violação ou retirada de hidrômetro ou de limitador de consumo, provocação de danos, impedimento ou alteração do normal funcionamento dos aparelhos;
- 9.1.3. Interconexão de instalação predial de água com tubulações alimentadas diretamente com água não procedente do abastecimento público;
- 9.1.4. Utilização de tubulação de uma instalação predial de água para abastecimento de outro imóvel ou economia;
- 9.1.5. Uso de dispositivos intercalados no ramal predial que prejudiquem o abastecimento público de água;
- 9.1.6. Lançamento de águas pluviais nas instalações de esgotos;
- 9.1.7. Lançamento na rede coletora de esgotos de despejos que exijam tratamento prévio;
- 9.1.8. Impedimento injustificado na realização de vistorias ou fiscalização, por empregados do prestador de serviços ou seus prepostos;
- 9.1.9. Adulteração de documentos do prestador de serviços, pelo usuário ou por terceiros em benefício deste;
- 9.1.10. Descumprimento de qualquer outra exigência técnica estabelecida em lei e na Resolução de Diretoria da ARPB Nº 002/2010;
- 9.1.11. Atraso no pagamento de contas;

9.1.12. Fornecimento de água a terceiros, através de extensão das instalações prediais para abastecer economias localizadas em lotes, prédios ou terrenos distintos, a não ser com autorização expressa do prestador de serviços;

9.1.13. Desperdício de água nas ligações;

9.1.14. Construção de qualquer tipo, que venha prejudicar ou impedir o acesso ao ramal predial, até o padrão de ligação de água;

9.1.15. Derivação clandestina no ramal predial;

9.1.16. Ligação clandestina de esgoto à rede pública;

9.1.17. Violação da interrupção do fornecimento de água;

9.1.18. Interligação de instalações prediais internas de água entre prédios distintos ou entre dependências de um mesmo prédio, que possuam ligações distintas;

9.1.19. Prestação de falsas informações, quando da solicitação de serviços do prestador de serviços.

9.2. O cometimento de qualquer infração enumerada nesta Cláusula sujeitará o infrator ao pagamento de multa e ao ressarcimento dos prejuízos arcados pelo prestador de serviços, nos termos do contrato firmado com o município.

CLÁUSULA DÉCIMA: ENCERRAMENTO DO CONTRATO

10.1. O encerramento da relação contratual entre o prestador de serviços e o usuário será efetuado segundo as seguintes características e condições:

10.1.1. Por ação do usuário, mediante pedido de desligamento da unidade usuária, observado o cumprimento das obrigações previstas no contrato vigente;

10.1.2. Por ação do prestador de serviços, quando houver pedido de ligação formulado por novo interessado referente à mesma unidade usuária, desde que o imóvel esteja adimplente e que seja comprovada a transferência de titularidade do imóvel em questão.

10.2. No caso referido no inciso 10.1.1, a condição de unidade usuária desativada deverá constar do cadastro, até que seja restabelecido o fornecimento em decorrência da formulação de novo pedido de ligação.

CLÁUSULA ONZE: DAS SOLICITAÇÕES E RECLAMAÇÕES

11.1. Caso o usuário tenha solicitações ou reclamações sobre a prestação do serviço deverá fazê-las através da CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CLIENTE, pelo número 0800 042 0544.

CLÁUSULA DOZE: DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Este contrato aplica-se a todas as categorias de USUÁRIOS.

12.2. Além do previsto no presente Contrato aplicam-se às partes as normas federais e municipais aplicáveis à matéria, em especial pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993; pela Lei Federal n.º 9.074, de 07 de julho de 1995; pela Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; pela Lei Federal 11.445, de 05 de janeiro de 2007, pela Lei Orgânica do Município de POMERODE/SC; pela Lei Municipal 1657/15, bem como pelas disposições do EDITAL e do CONTRATO DE CONCESSÃO, firmado pela prestadora do serviço e pelo município, além dos princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições do Direito Privado, no que couber.



12.3. A falta ou atraso, por qualquer das Partes, no exercício de qualquer direito não implicará renúncia ou novação, nem afetará o subsequente exercício de tal direito.

CLÁUSULA TREZE: FORO

13.1. Fica eleito o Foro de POMERODE/SC, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da aplicação das cláusulas deste instrumento, por mais especial ou privilegiado que outro seja.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor.

POMERODE 08 de December de 2023

USUÁRIO

POMERWASSER AMBIENTAL S.P.E.